



Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

Fortaleza-CE - 2017



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 15 REGIÃO/CE

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do Parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal. Este relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa (IN) Tribunal de Contas da União - (TCU) nº 72/2013, e da Decisão Normativa TCU nº 161/2017.

Lista de Sigla e Abreviações

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

COFECI - CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

CRECI - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

Lista de Tabelas e Quadros

Lista de Gráficos e Figuras

SUMÁRIO

Relatório de Gestão	1
Capa	1
Folha de Rosto	2
Lista de siglas e abreviações	3
Lista de tabelas e quadros	4
Lista de gráficos e figuras	5
Lista de anexos e apêndices	
Sumário	6
2 - APRESENTAÇÃO	9
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
3.1 - Finalidade e competências	11
3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade ...	11
3.3 - Breve histórico da entidade	11
3.4 - Organograma	11
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	13
4.1 - Planejamento Organizacional	13
4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício	13
4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos ...	13
4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos ...	13
4.3 - Desempenho Orçamentário	14
4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade .	14
...	
4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos	14
4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas	14
4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas	15
4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação ...	16
4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa	16
4.3.5 - Análise Crítica	16
4.4 - Desempenho operacional	16
4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho	17
5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	25
5.1 - Descrição das estruturas de governança	25
5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados	25
5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna	25
5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	25
5.5 - Gestão de riscos e controles internos	25
5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados ...	25

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	26
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	27
6.1 - Gestão de pessoas	27
6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade	27
6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal	27
6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal	27
6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária	27
6.2 - Gestão da tecnologia da informação	27
6.2.1 - Principais sistemas de informações	27
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	28
7.1 - Canais de acesso do cidadão	28
7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	28
7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	28
7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	28
8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	29
8.1 - Desempenho financeiro no exercício	29
8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	29
8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	29
8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	29
8.4.1 - Balanço Orçamentário	30
8.4.2 - Balanço Financeiro	30
8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado	30
8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	30
8.4.5 - Fluxo de Caixa	30
8.4.6 - Notas Explicativas	30
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	36
9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU	36
9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	36
9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	36
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	37
11 - ANEXOS E APÊNDICES	40
ANEXOS	
ANEXO I - Quadro 4.3.3.1 A - Demonstrativo da Receita por Origem	41
ANEXO II - Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza	42
ANEXO III - Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL	43
ANEXO IV - Quadro 4.3.4.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL	44
ANEXO V - Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	

ANEXO VI - Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12	
ANEXO VII - Quadro 6.1.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada 31/12	
ANEXO VIII - Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário	
ANEXO IX - Quadro 8.4.3 - Balanço Patrimonial	
ANEXO X - Quadro 8.4.4 - Demonstração da Variação Patrimonial	
ANEXO XI - Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro	52
ANEXO XII - Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa	53

CONSIDERAÇÕES

“A Atuação dos CFP – Conselhos da Fiscalização Profissional , se revela de extrema importância para o desenvolvimento sustentável de nosso país, na medida em que assegura o adequado acompanhamento do exercício de atribuições previstas em lei, privativas de determinadas categorias.”

*Joao Augusto Ribeiro
Nardes Presidente do
TCU*

“Se a entidade for tratada como um ramo do Estado, há uma grande possibilidade de seu uso para fins políticos, como é prática usual, o que pode interferir com a liberdade do exercício profissional. Isso , porem, não lhes retira a natureza pública definida pelo exercício dos poderes de fiscalização e de recolhimento de contribuições de registrados, o que obriga a aplicação de institutos como os da transparência e do controle interno”

André Stefani Bertuol

Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da 1ª.Câmara de Coord.e Revisão do MPF

Este trabalho foi elaborado em final de fevereiro pela superintendente deste conselho, com a participação de todos que compõem a Gestão Operacional .

GESTORES

Superintendente - Edal Costa

Gabinete da Presidência : Arlane Lopes

Assessoria Jurídica : Tibério Moura – Clara Petrola-

Ronaldo Pipi Ouvidoria: Francisco Antônio

Gestores: Camila Lopes; Maria Lucia Forti; Mirelle Costa; Geovano Oliveira; Vagna Muniz; Elianete Pereira e Ana Paula

Coordenadores: Gardênia Souto ;Marcia Muxió; Ana Rocilda; Jose Lucas e Anderson Maia.

Assistentes: Edmar Pires – Ana Maria –

Ana Virginia Colaboradores das Sub

Regiões e Núcleos

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

VISAO - Ser referencia na orientação e desenvolvimento para o exercício da profissão e prestar serviços cada vez melhores para a satisfação do Corretor de Imóveis e da Sociedade , buscando o aprimoramento continuo e inovando sempre.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 - Finalidade e competências

FINALIDADE

Nossa MISSÃO – é supervisionar a ética dos corretores de imóveis em todo o território estadual , cabendo sistema COFECI/CRECI zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente visando a defesa do Corretor de Imóveis e da Sociedade.

COMPETÊNCIA

São os nossos VALORES -Inovar constantemente os métodos e procedimentos internos , buscando a agilidade e qualidade na prestação dos serviços e informações aos usuários corretores/sociedade.

3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

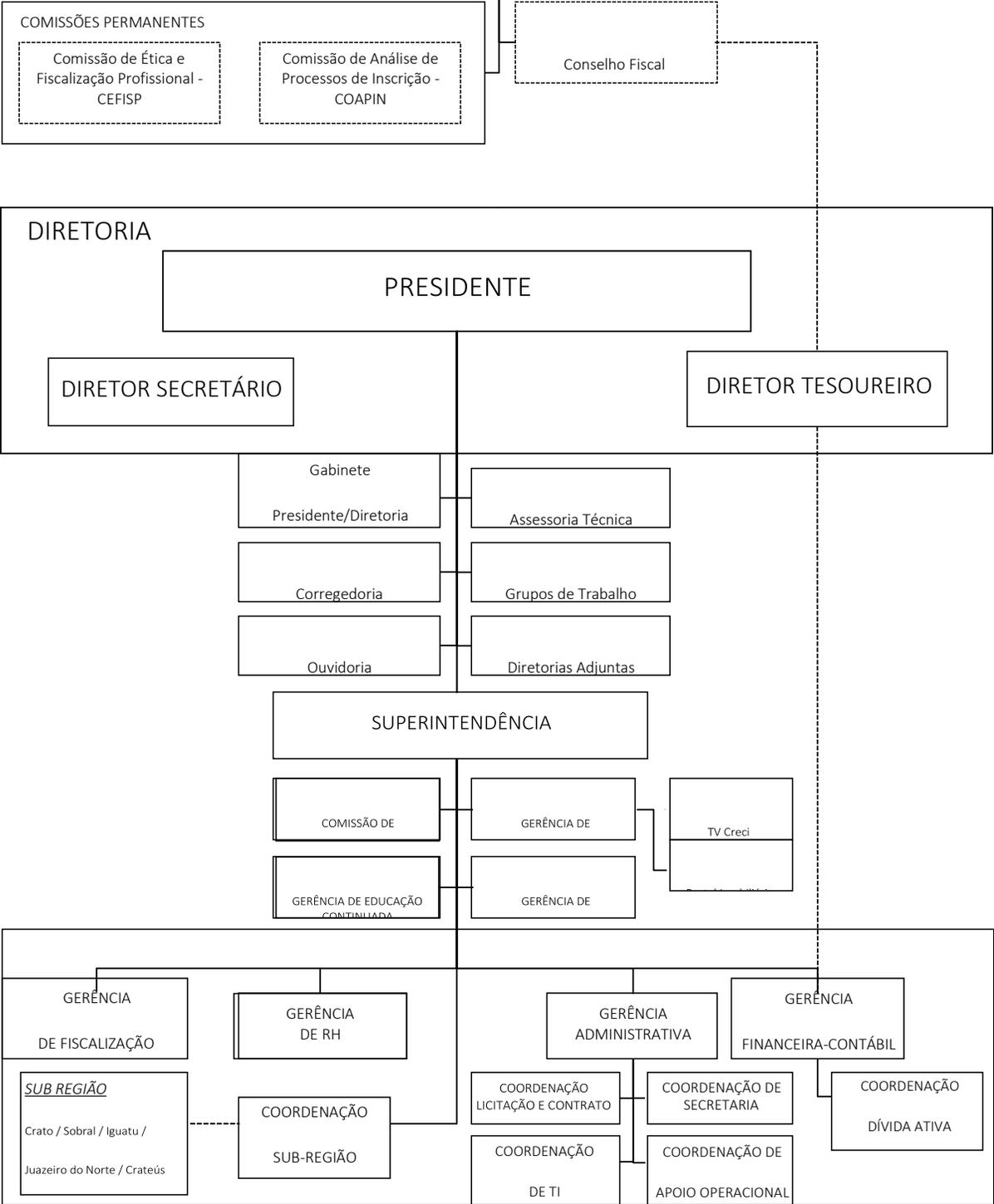
O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 15ª Região/CE (CRECI – 15ª Região/CE), pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Fortaleza, fundado em 22/01/1979, com base na Resolução COFECI nº 026/79, elaborada nos termos da Lei de regência da profissão à época em vigor, atualmente sob a égide da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 81.871, de 29 de junho de 1978, a qual sofreu alterações introduzidas pela nº 10.795, de 05 de dezembro de 2003, com poderes para fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de Corretor de Imóvel em todo território do Estado do Ceará, além de representar, nos limites de sua competência e abrangência, com autonomia administrativa, operacional e financeira, em juízo ou fora dele, os legítimos interesses de seus inscritos, é órgão integrante do Sistema COFECI/CRECI e funcionará sob a organização básica estabelecida no Regimento Interno da Autarquia Federal e em atos posteriores que vierem a complementá – lo.

3.3 - Breve histórico da entidade

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 15ª Região/CE (CRECI - 15ª Região/CE), pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na Rua Padre Luís Figueira, nº 324 – Aldeota – CEP.: 60.150-120, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 09.420.282/0001-50, fundado em 22/01/1979, com base na Resolução COFECI nº 026/79, elaborada nos termos da Lei de regência da profissão à época em vigor, atualmente sob a égide da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 81.871, de 29 de junho de 1978, a qual sofreu alterações introduzidas pela Lei nº 10.795 de 05 de dezembro de 2003.

PLENÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

A partir da criação dos Conselhos de Corretores de Imóveis, foi contínua a evolução da profissão de corretores de Imóveis e o conseqüente aumento do número de registros profissionais e de organizações imobiliárias. Vislumbrando a necessidade de alcançar a excelência no desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região - CE, estimula e apoia o desenvolvimento técnico e operacional dos Corretores de Imóveis.

Com a institucionalização do Sistema COFECI/CRECI's, os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis passaram a se organizar de forma sistêmica, definiram suas estratégias de atuação e criaram o seu modelo de planejamento participativo.

A linha de gestão adotada pelo sistema COFECI/CRECI'S é compartilhada pelos Conselhos Regionais registra, nesse planejamento, a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e do funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo CRECI-CE no ano de 2015 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema COFECI/CRECI's.

Essa nova forma de planejar e executar ações em conjunto levou a resultados significativos, permitindo a implantação de projetos mais ousados e a projeção da classe corretores de Imóveis, fortalecendo e alinhando a gestão por meio de um Planejamento Estratégico.

4.1 - Planejamento Organizacional

Cumprir as Leis, Resoluções, Normas e Procedimentos. Otimizar Tempo e Agilizar Procedimento com menores custos. Qualificação Profissional; Melhorar a Estrutura física; Adquirir móveis, Equipamentos e utensílios. Orientar aos colaboradores, desenvolver as ações planejada para o exercício de 2017, com os objetivos da profissão e prestar serviços cada vez melhores para a satisfação do Corretor de Imóveis e da Sociedade, buscando o aprimoramento contínuo e inovando sempre.

4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

No exercício de 2017 os objetivos do CRECI 15ª REGIÃO - CE, foram manter a fiscalização em pleno funcionamento e procurando ajustar as despesas básicas à receita

4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O CRECI 15ª REGIÃO - CE, mantém uma rígida obediência aos ditames legais e constitucionais, quais sejam a normatização e a fiscalização profissional, de forma a proteger a sociedade e, especialmente, os clientes e operadores do mercado imobiliário contra maus profissionais da intermediação.

O Corretor de imóveis, em sua tarefa de intermediar negócios imobiliários, se torna responsável pela movimentação de vultosas somas, bastante representativas no PIB nacional, devendo agir sempre com responsabilidade e ética profissionais.

Na busca desse objetivo o CRECI 15ª REGIÃO - CE, tem incentivado a capacitação profissional, apoiando novos cursos e auxiliando para que possam ser ofertados a baixo custo em todo o território nacional.

4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O CRECI 15ª REGIÃO - CE, monitora os seus planos controlando os resultados através de controles internos, cobrando de seus colaboradores relatórios dos trabalhos desenvolvidos e realizando pesquisas de opinião junto à sociedade, de tempos em tempos.

4.3 - Desempenho Orçamentário

O orçamento do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará, integram um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto.

O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos “Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema COFECI/CRECI’s” e “Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema COFECI/CRECI’s”. A programação orçamentária do CRECI 15ª REGIÃO - CE, não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos corretores de Imóveis e Empresas imobiliárias, bem como, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação. O Orçamento para o exercício de 2017 foi estimado em R\$ 5.450.000,00(Cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil reais), aprovado por meio da Resolução COFECI nº 1351/2016, de 01 de dezembro de 2016, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo a política de gestão para este exercício.

4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

Ver quadros em anexo

4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos

Não Houve nenhuma transferência descentralizada de recursos no exercício.

4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas

A receita do Conselho Regional de Corretores de Imóveis é composta de 80% (oitenta por cento) da receita bruta das arrecadações com contribuições, executados os legados, doações e subvenções e tem a seguinte constituição.

- 80% (oitenta por cento) das receitas de contribuições de anuidades dos corretores de Imóveis, Empresas Imobiliárias.
- Receitas oriundas da exploração de bens e serviços
- receitas financeiras
- subvenções e alienação de bens

Origem das receitas

- Receitas de Contribuições - compreende da cota parte repassada pelos Conselhos Regionais;
- Receitas Financeiras - São representadas pelas receitas de juros, atualizações monetárias, juros e encargos e os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras; e
- Outras receitas Correntes -

Previsão da Arrecadação por Natureza				
Descrição	Prevista	Arrecadada	Realizado(%)	
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	6020.000,00	4.993.759,78	82,95	
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	3.872.263,86	93,99	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	277.000,00	803.833,39	290,19	
FINANCEIRAS	782.000,00	177.590,61	22,71	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	841.000,00	112.658,70	13,40	
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	27.413,22	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	30.000,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	00,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
TOTAL:	6.050.000,00	4.993.759,78	82,54	

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

As receitas correntes atingiram 82,54% do valor orçado, devido às ações dos Conselhos Regional na cobrança e inscrição de débitos em dívida ativa que continuaram a ser desenvolvidas no regional, e também as ações de fiscalização quanto a regularidade dos profissionais.

c) Forma de partilha de receita

Conforme disposto no art. 18º da Lei n.º 6.530/1978, constitui renda do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região - CE, 80% (oitenta por cento) da renda bruta, nela não se compreendendo doações, legados e subvenções.

4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas

Para o exercício de 2017, foi planejado o montante de R\$ 5.450.000,00 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil reais) para execução das despesas.

As despesas são fixadas de acordo com a sua relevância e grau de prioridade e são executadas de acordo com o planejamento.

A despesas liquidadas forma no valor de R\$ 5.017.203,73, que representam cerca de 92,06% da despesa total, e apresenta uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 418.100,31 (quatrocentos e dezoito mil cem reais e trinta e um centavos).

Comparativamente com o exercício anterior observa-se que as despesas correntes no exercício de 2017 teve um acréscimo de 16,26% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas de capital representam, aproximadamente 4,59% da despesa executada conforme demonstrado, sendo o todo o investimento referente aquisição de equipamentos e material permanente.

Despesa Fixada com Realizada

Descrição	Autorizada	Realizada (2017)	Realizada (2016)	Realizado(%)
DESPESAS CORRENTES	5.973.520,00	4.954.495,07	5.368.897,83	8,36
PESSOAL E ENCARGOS	2.441.425,86	2.322.096,08	2.061.261,90	-11,23
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	130.000,00	116.944,44	90.557,51	-22,56
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.237.094,14	1.797.333,20	2.304.531,81	28,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.165.000,00	718.121,35	912.546,61	27,07
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	76.480,00	62.708,66	464.278,78	640,37
INVESTIMENTOS	76.480,00	62.708,66	464.278,78	640,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	6.050.000,00	5.017.203,73	5.833.176,61	16,26

4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação

ANEXO II QUADRO 4.3.4.1

4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa

ANEXO IV QUADRO 4.3.4.2

4.3.5 - Análise Crítica

As receitas do CRECI 15^a Região/CE, têm sido muito bem estimadas, atingindo com muita proximidade os valores orçamentários previstos.

4.4 - Desempenho operacional

Os relatórios mensais do Sistema de Gestão fornece ao gestor as Principais Estatísticas e Indicadores de atuação de todos os departamentos Secretaria – Financeiro – Fiscalização – Apoio ao Corretor e Ouvidoria.

NO ÚLTIMO TRIMESTRE CONSEGUIMOS:

Implantar as Reuniões Semanal todos gerentes, ouvidoria, chefe de gabinete e assessor do jurídico Nessas reuniões semanais todos tem a oportunidade de apresentar as ações executadas na semana anterior e apresentar a prospecção do que deva ser executado na semana que se inicia. Foi Implantado também o jeito formal das reuniões : criamos o costume das atas para formalizar compromisso , a parti dai fomos elaborando ata para cada reunião o que nos norteia na supervisão e acompanhamento dos trabalhos. Costumeiramente foi preparado cada mês um relatório que denominamos Relatório de Situação onde relato a situação de cada departamento e setores e favoreceu neste relatório final. Durantes estes três meses acompanhamos os procedimentos das alterações na Estrutura Organizacional – Tabela do Plano de Cargos e Salário e LP. Acompanhamos a elaboração do ORÇAMENTO para 2018 , participamos dos cortes das despesas. O ORÇAMENTO foi apresentado na Plenária do dia outubro de 2017 , que foi enviado ao COFECI logo em seguida. Solicitamos e conseguimos da diretoria a aprovação das licitações para o primeiro trimestre de 2018: renovação de contratos; aquisições de serviços, móveis e equipamentos para a nova sede do Crato que será inaugurada no primeiro trimestre de 2017. Criamos o livro da ASSIDUIDADE – todo funcionário que se ausentar tem como costume assinar o livro na saída e no retorno. Resultado foi positivo diminuíram as ausências do “vou bem ali” Acompanhamos por todo este período a evolução na melhora cada vez mais a pontualidade da utilização do ponto. O espelho de ponto retrata esta grande conquistas. O que não era feito antes esta sendo feito hoje: todos os documentos que entram no CRECI estão sendo protocolado e quase todos que saem também são protocolados, ainda não conseguimos 100% mas acredito que em 2018 conseguiremos. O Jurídico é quem mais descumpre a saída dos documentos e CRECICOR. Senha – todas as pessoas que hoje solicitam serviços no CRECI – são cadastrados e recebem uma SENHA DE ATENDIMENTO e todo dia podemos ter o resultado do atendimento.

Decidimos que a partir de 2018 , mensalmente nos nossos relatórios serão apresentados esses atendimentos. Colocamos várias Urnas para a Pesquisa de Satisfação em todos os setores e os resultados foram positivos, recebemos notas bom , ótimo e excelente. Iniciamos em setembro o PLANO DE AÇÃO 2017/2018 – e será concluído em janeiro de 2017 tendo em vista a demora dos setores de Educação Continuada e Comissão de Representantes de Bairros entregar o projeto setorial . Em novembro abrimos as licitações para o primeiro trimestre de 2018: renovação de contratos; aquisições de serviços, móveis e equipamentos. Participamos da elaboração do planilhão da Licitação Recebemos toda a documentação da empresa de auditoria referente , ao ultimo triênio . No inicio de dezembro o representante da empresa veio concluir o trabalho , inclusive entregando o parecer. Renovamos o espaço físico da secretaria em que denominamos Espaço multifuncional .Adequamos neste espaço os setores de: protocolo, telefonista , atendimento e uma confortável sala de espera para atendimento ao Corretor de Imóveis e quem nos visita. No final do período de 2017, foi notório as mudanças: implantamos um espírito de equipe . implantamos o sistema de hierarquia. Remanejamos algumas pessoas.

SUB REGIÕES

As atividades de gestão das sub regiões foram desempenhadas dentro da normalidade. Porém as secretárias das sub regiões precisam de maior apoio e orientação dos gerentes e seus coordenadores, acreditamos que possamos melhorar em 2018. Em dezembro de 2017, fizemos um o treinamento com todos os funcionários e colaboradores das sub regiões e núcleo com os da sede e encerramos com a nossa confraternização de Natal na própria sede do CRECI/CE.

4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

REGIONAIS E NÚCLEOS – COFECI – PÚBLICO EM GERAL – ACOMPANHAMENTO CONSTANTE
GRUPOS DE WHATSAPP – ELABORAÇÃO DE IMPORTANTES DOCUMENTOS DIVERSOS – DENTRE
OUTROS.

4. INDICADORES

AÇÕES/PROCEDIMENTOS JANEIRO A DEZEMBRO/2017	QUANTIDADE
Ações Administrativas Outras (serviços diversos)	77
Análise e Liberação de Protocolos Diários aos Departamentos	34 s
Atas Reunião Plenária	7
Atas Reuniões de Diretoria	23
Atendimentos Diversos com Senha:	38
Presenciais Externos sem registros	imensuráveis
Internos e Telefônicos	imensuráveis.
Atos Elaborados	6
Atualização Agenda da Presidência	33
Cerimonias Elaborados	14
CI Elaboradas	10
Compra de Passagens Aéreas	72
Terrestres	48
Convocação Reunião Diretoria-Formais e Informais	26
Convocação Reunião Plenária	7
Emails Enviados	162
Emails Recebidos	247
Eventos Mestre de Cerimônias	29
Ofícios Elaborados	30
Organização Administrativa Viagens Diversas/Apoio Logístico, Comitivas Capital, Estadual e Interestadual.	20
Ordem de Serviço Elaboradas	60
Pautas Diretoria	23
Pautas Plenária	7
Portarias Elaboradas	26
Registro Correspondências Protocolo Conselho.Net (Registros no Sistema, englobando o protocolo de várias correspondências internas e externas em cada um dos mesmos)	35.
Relatórios de Viagens	34

Relatórios Diversos	24
---------------------	----

Reuniões Operacionais com a Superintendência/Gerentes/Licitações	18
Termos Posse Regionais/Núcleos	9
Treinamentos/Reuniões Diversas	3
Viagens Presidência Creci – CE	19
Viagens Presidência COFECI	06
Viagens Assessora GABINETE	5 (entre formais e informais)

JURIDICO

ESPECIFICAÇÕES	QUANT.
1.Processo de Eleição	01
2.Processos tramitando na JF -1ª.Instancia	03
3.Mandado de Segurança	02
4.Ação Civil Publica – 1ª Vara	01
5.Ação Ordinária	02
6.Processos na Justiça Federal/Ações Indenizatória	04
7.Processos Trabalhistas	04
8.Processos na Justiça Federal em outros Estados	04
9.Processo no CADE	01
10.Denuncia Anônima contra empresa terceirizada MPT/CE	01
11.Cobrança Indenizatória MPF/CE	01
12.Acordo Coletivo/MPF	01

CRECICOR

4.OBJETIVO - MANTER O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DE DUVIDAS PARA OS CORRETORES DE IMÓVEIS NO QUE TANGE AREA JURÍDICAS , ENVOLVENDO A INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA COMO TAMBÉM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO. ELABORAÇÕES DE QUEIXAS CRIMES. OITIVAS EM DELEGACIAS E JUIZADOS ESPECIAIS

5.METODO UTILIZADO

Atendimento ao publico

6.INDICADORES

Período: janeiro a dezembro de 2017	
Descrição	Total
Atendimento presencial	290
Oitivas de delegacia	35
Audiências e conciliações	176
E-mails enviados	114

Uso da sala para o computador	100
Recadastramento	345
Queixas crimes (interior e capital)	293
Atendimento telefônico	678
Notificação de audiências	88

4. INDICADORES

PAINEL DE SENHAS E DEMAIS ATENDIMENTOS OUVIDORIA 2017

MESES	OUVIDORIA WEB	E- MAILS	ATEND. PRESENCIAL	TELEFON E	TOTAL	DIAS UTEIS
JANEIRO	00	00	61	316	377	17
FEVEREIRO	00	00	39	226	265	18

MARÇO	00	00	60	352	412	22
ABRIL	00	00	41	239	280	18
MAIO	00	00	43	286	329	22

JUNHO	00	00	36	280	316	20
JULHO	00	00	57	234	291	21
AGOSTO	00	00	34	198	232	22
SETEMBRO	00	00	29	186	215	19
OUTUBRO	00	00	44	185	229	21
NOVEMBRO	00	00	51	196	247	19
DEZEMBRO	296	1243	03	53	56	05
TOTAL	296	1243	498	2.751	4.788	224

mídia local, tanto na capital, como no interior do estado, usando os mais diversos veículos de comunicação, como rádios, tvs, jornais impressos e internet de forma espontânea.

4. INDICADORES (PERÍODO: 26 DE MAIO – 05 DE DEZEMBRO)

AÇÕES/PROCEDIMENTOS	QUANT.
Emails Enviados (GERAL)	1.100
Entrevistas obtidas com diretores, presidente e vice-presidente para os mais variados veículos de comunicação (rádios, portais, tvs e jornais impressos) como mídia espontânea, em Fortaleza e no interior	59
Releases enviados (material jornalístico enviado à imprensa) para sugerir reportagens	86
Contatos com jornalistas:	
Presenciais Externos, Internos e Telefônicos (capital e interior)	143
Reuniões internas	34
Assessoramento da imprensa em entrevistas/reportagens feitas no Creci	7
CI Elaboradas	9
Criação de artes (banners/comunicado/convites) para comunicação interna e externa	209

Reuniões internas (diretores, colaboradores, presidente)	35
Eventos externos do Creci Ceará	3
Cobertura fotográfica	27
Criação/Edição/Animação de vídeos (incluindo campanhas e identidade visual)	12
Envio de e-mail marketing	38
Criação de Revista (Produção de textos, diagramação, coleta de material de arquivo, entrevistas)	1
Publicações em jornais impressos (coluna fixa Creci Ceará) O POVO e DN	52
Atendimentos (colaboradores da capital e interior, diretores, gráfica, empresas de	76

SETOR DE EVENTOS

4.INDICADORES/ESTATÍSTICAS –

TIPO DE AÇÕES	QUANT	OBS
Ações Internas (Palestras para funcionários, Reuniões e Integrações)	10	
Aprovados PROECI	75	
Atendimento (senha do protocolo)	200	
Atendimentos Presenciais	-	Imensurável
Banners eletrônicos para Cursos e Eventos Banner de Comunicados	159	
Cadastrros ORG.BR	1.136	
CI Emitidas	10	
CI Recebidas	1	
Email emitidos	10.934	
Emails recebidos	571	
Entrega de Carteiras – Definitivas	12	
Entrega de Carteiras – Estágio	12	
Inscrições em eventos		
Inscrições Fotografia (Classroom)	3	
Inscrições Negociação (Classroom)	2	
Inscrições Perito Judicial (Classroom)	4	
Ofícios emitidos	1	
Ofícios Recebidos	-	

OS Emitidas	11	
OS Recebidas	-	
Outros Eventos (seminários, Encontros e etc)	9	
Palestras e Cursos Diversos	72	
Palestras Projeto 55+	12	
Plenária	7	
Protocolos Emitido	28	
Protocolos Recebidos	15	
Quartas nobres	31	
Quinta Espetacular	8	
Redefinições de Senhas ORG.BR	171	
Relatorios de Viagens	2	

FISCALIZAÇÃO

1. OBJETIVO

pelo cumprimento da legislação regulamentando e normatizando as obrigações entre os profissionais Cíveis e a sociedade, reprimindo com a lavratura de instrumento próprio (Auto de Constatação, Notificação de Infração) as pessoas físicas e/ou jurídicas, encontradas no exercício de atividade de intermediação imatendimento dos preceitos legais vigentes da profissão de Corretores de Imóveis.

2. MÉTODO UTILIZADO

dimentos diversos → diligências – apuração de denúncias – Atividade interna.

3. DEMONSTRATIVO SETORIAL (fiscais)

<u>MÊS</u>	Autos de Constatação	Notificação	Autos de Infração	Autos de Infração (Ex. Ilegal)	Termos de Repres.
Janeiro	336	30	96	11	00
Fevereiro	557	46	151	29	02
Fevereiro	95	44	174	31	03
Abril	364	31	135	13	02
io	488	133	128	22	03
Junho	491	47	161	35	02
Julho	432	31	210	24	00
Agosto	511	40	180	39	04
Setembro	312	20	98	40	02
Outubro	333	14	73	34	04
Novembro	262	15	50	31	1
Dezembro	42	1	6	5	00
TOTAL	4.223	452	1.462	314	21

4. INDICADORES/ESTATÍSTICAS

(Tipos de Ações)	Quantidade
Atendimentos (presenciais)	349
Denúncias formalizadas	616
Ofícios (AR) emitidos	432

Processos Instaurados	643	
O.S. de viagens	22	
Processos / Secretaria	Estágio	1.266

JUNHO	00	00	36	280	316	20
JULHO	00	00	57	234	291	21
AGOSTO	00	00	34	198	232	22
SETEMBRO	00	00	29	186	215	19
OUTUBRO	00	00	44	185	229	21
NOVEMBRO	00	00	51	196	247	19
DEZEMBRO	296	1243	03	53	56	05
TOTAL	296	1243	498	2.751	4.788	224

mídia local, tanto na capital, como no interior do estado, usando os mais diversos veículos de comunicação como rádios, tvs, jornais impressos e internet de forma espontânea.

4. INDICADORES (PERÍODO: 26 DE MAIO – 05 DE DEZEMBRO)

AÇÕES/PROCEDIMENTOS	QUANT
Emails Enviados (GERAL)	1.100
Entrevistas obtidas com diretores, presidente e vice-presidente para os mais variados veículos de comunicação (rádios, portais, tvs e jornais impressos) como mídia espontânea, em Fortaleza e no interior	59
Releases enviados (material jornalístico enviado à imprensa) para sugerir reportagens	86
Contatos com jornalistas:	
Presenciais Externos, Internos e Telefônicos (capital e interior)	143
Reuniões internas	34
Assessoramento da imprensa em entrevistas/reportagens feitas no Creci	7
CI Elaboradas	9
Criação de artes (banners/comunicado/convites) para comunicação interna e externa	209
Reuniões internas (diretores, colaboradores, presidente)	35
Eventos externos do Creci Ceará	3
Cobertura fotográfica	27
Criação/Edição/Animação de vídeos (incluindo campanhas e identidade visual)	12
Envio de e-mail marketing	38
Criação de Revista (Produção de textos, diagramação, coleta de material de arquivo, entrevistas)	1
Publicações em jornais impressos (coluna fixa Creci Ceará) O POVO e DN	52
Atendimentos (colaboradores da capital e interior, diretores, gráfica, empresas de	76

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Estrutura de governança da entidade, tais como unidade de auditoria interna, comitê de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, comitê de controles internos e compliance, Ouvidoria etc, descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância.

Não há Órgão de auditoria interna, sendo que o Conselho Fiscal exerce o papel de controle interno, esse Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, cabendo aos primeiros escolher dentre eles o seu Coordenador. Compete ao Conselho Fiscal examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhes, ainda, a análise do Processo de Prestação de Contas anual. Entretanto, o CRECI – CE implantou em 2011 com muito sucesso o Departamento de Ouvidoria, onde descrevemos abaixo, sua missão, visão e valores:

5.1 - Descrição das estruturas de governança

Estrutura de governança da entidade, tais como unidade de auditoria interna, comitê de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, comitê de controles internos e compliance, Ouvidoria etc, descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância.

Não há Órgão de auditoria interna, sendo que o Conselho Fiscal exerce o papel de controle interno, esse Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, cabendo aos primeiros escolher dentre eles o seu Coordenador. Compete ao Conselho Fiscal examinar o balanço, balancetes, relatórios financeiros, prestações de contas e respectiva documentação, restituindo-os à Diretoria, com manifestação registrada em ata sobre sua regularidade ou não e eventuais ressalvas, para posterior apreciação do Plenário, cabendo-lhes, ainda, a análise do Processo de Prestação de Contas anual. Entretanto, o CRECI – CE implantou em 2011 com muito sucesso o Departamento de Ouvidoria, onde descrevemos abaixo, sua missão, visão e valores:

5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados

APOLO SCHERER ALBUQUERQUE - PRESIDENTE
IDERVAL SOUSA NUNES - 1º TESOUREIRO

5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna

No exercício em análise não houve ocorrência para registro neste item

5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não há Órgão ou estrutura de correição nesta Entidade devidamente instituído. Em casos que precise de ação correicional é designada comissão para atuação no caso. No presente exercício não ocorreu.

5.5 - Gestão de riscos e controles internos

Não ocorreram no exercício

5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os serviços prestados pelos conselheiros e membros do Sistema COFECI/CRECI's tem caráter voluntário e gratuito, conforme art. 9º da Resolução COFECI nº. 1.370/2013, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Corretores de Imóveis.

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não ocorreram contratações no exercício

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 - Gestão de pessoas

O Conselho tem em seu quadro de trabalho detalhado conforme anexos

6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

O Conselho Regional tem em seu quadro funcional o total de 33 funcionários – Conforme quadro Item 11– Anexos e Apendices

6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro está no Item 11 - Anexos e Apendices

6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Não de aplica a esse regional

6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária

Não ocorreram no exercício

6.2 - Gestão da tecnologia da informação

Não Temos

6.2.1 - Principais sistemas de informações

Sistema de Ouvidoria – Sistema Contabil – Sistema de Gestão – Sistema de Telefonia – Portal da Transparência

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 - Canais de acesso do cidadão

O acesso ao cidadão se dá por meio do telefone fixo (85) 3231.6744 para informações em geral. Nos casos relacionados as denúncias envolvendo profissionais o canal de acesso é o e-mail ouvidor@creci-ce.gov.br já para as demais demandas o canal de acesso é o e-mail crecice@creci.org.br Quando as demandas são recebidas, são encaminhadas para o setor competente que dá o encaminhamento que o caso requer.

7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Grau de Satisfação em 2016 foi surpreendente, em todas as urnas existente nos setores sempre obtivos as Notas : BOM, OTIMO E EXCELENTE. Sofrendo alteração no final do quarto trimestre em virtude dos protestos das anuidades vencidas.

7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

ATRAVES DO PORTAL DA TRANSPARENCIA – NOS EVENTOS ADMINISTRATIVOS: Entrega de Carteiras e Estágios. Nos setores de: Jurídico, Ouvidoria, CRECICOR . Gerencia de Relacionamento , Gabinete da Presidencia e Superintendencia , que estão sempre a disposição para qualquer esclarecimento

7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O CRECI 15ª REGIÃO - CE, está localizado no centro de Fortaleza, a Rua Pe. Luiz Figueira, 324, Aldeota Fortaleza - CE, com fácil localização e acesso, Estando próximo ao Colégio Militar de Fortaleza e Clinica Genesis, estando contemplado todas as medidas que garantam a acessibilidade aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência

8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 - Desempenho financeiro no exercício

No exercício o CRECEI - CE, obteve um deficit orçamentário, e superávit financeiro e patrimonial, demonstrando um desempenho positivo da gestão. A receita realizada no exercício foi de R\$ 4.993.759,78 (Quatro milhões novecentos e noventa e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e despesas no valor de R\$ 5.017.203,73 (cinco milhões dezessete mil duzentos e três reais e setenta e três centavos), o que representa um deficit orçamentário no valor de R\$ 23.443,95 (vinte e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrado no balanço orçamento, anexo VIII – Quadro 7.4.1, um superávit financeiro no valor de R\$ 107.921,34 (cento e sete mil novecentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos), conforme Anexo IX – Quadro 7.4.3 e Anexo X – Quadro 7.4.4.

8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O tratamento contábil das depreciações e amortizações dos bens do CRECI -15ª REGIÃO - CE, estão definidos de acordo com a Resolução nº 1.532/2014, bem como as normas vigentes como resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e demais legislações. Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Resolução acima citada, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro apostado no item anterior.

8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No que concerne à adoção da aplicação de sistemática de apuração de custos, o CRECI -15ª REGIÃO - CE, não adotou o centro de custos durante o exercício de 2017. Informamos que tal processo encontra-se em discussão e implantação no exercício seguinte.

8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, é apresentar um resumo das principais práticas contábeis utilizadas, que foram consistente aplicadas no exercício de 2017

RECONHECIMENTO DA RECEITA POR COMPETÊNCIA

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Este procedimento merece ser destacado decorrente de ser o primeiro exercício de sua aplicação, ou seja, ocorreu mudanças de critério contábil, pois até o exercício de 2012, as receitas foram contabilizadas pelo regime de caixa.

ADOÇÃO DO NOVO PLANO DE CONTAS APLICAVEL AO SERVIÇO PÚBLICO

Também merece ser destacado a adoção do novo plano de contas (pcasp) visando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - BALANÇO FINANCEIRO, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NÃO ESTÃO SENDO APRESENTADOS COMPARATIVAMENTE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR POR MUDANÇA SIGNIFICATIVA EM SUA ESSENCIA, PELA ADOÇÃO DA NBCASP E O DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA POR SER O PRIMEIRO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE SUA EXIGÊNCIA .

8.4.1 - Balanço Orçamentário

ANEXO XI QUADRO 7.4.2

8.4.2 - Balanço Financeiro

ANEXO IX QUADRO 7.4.3

8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado

ANEXO X QUADRO 7.4.4

8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

ANEXO XII QUADRO 7.4.5

8.4.5 - Fluxo de Caixa

8.4.6 - Notas Explicativas

9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve no exercício em referencia recomendações por parte do Órgão de Controle Interno.

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve no exercício em referencia nenhuma medida administrativa.

9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve no exercício em referencia nenhuma medida administrativa.



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15.ª REGIÃO - CRECI-CE

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e, imunidade tributária de acordo com a alínea “a”, Inciso VI, Art. 150 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Com sede e foro na capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará têm por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Corretor de Imóveis e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Corretagem de Imóveis por pessoas físicas e jurídicas; possuindo autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema COFECI/CRECI's.

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Corretor DE Imóveis, bem como controlador e fiscalizador das atividades financeiras e administrativas sob sua jurisdição.

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas, Agregadora e Agregadas:

- a) Lei nº 6.530, de 12/05/1978 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Corretor de Imóveis e dá outras providências”;
- b) Decreto nº 81.871, de 29/06/1978 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Corretor de Imóveis, de acordo com a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978 e dá outras providências”.
- c) Regimento do CRECI 15.ª REGIÃO aprovado pela Resolução Normativa COFECI nº 09/78,

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2017, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15.ª REGIÃO - CRECI-CE

registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

NOTA 3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15.ª Região – CRECI - CE mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

NOTA 4.1 – BASE DE DEPURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público (NCASP), principalmente a NBCT 16.6 (R1). Demonstrações contábeis, incluindo a portaria STN nº548 de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

NOTA 4.2 – BASE DE MENSURAÇÃO

- Depreciação e amortização do ativo imobilizado
- Provisões de contingências, sempre que prováveis

NOTA 4.3 – MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Entidade.



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15.ª REGIÃO - CRECI-CE

NOTA 4.4 – USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apontados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os Resultados reais podem fugir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definidos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 5 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas e utilizadas na preparação das demonstrações contábeis aplicadas de forma uniforme com o exercício de 2017 ressaltam-se:

NOTA 5.1 – BALANÇO PATRIMÔNIAL

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo, e Patrimônio Líquido evidencia qualitativa e quantitativa mente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade

NOTA 5.1.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Detalhamento da Composição no **Anexo III – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

NOTA 5.1.2 – ESTOQUES

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, sendo baixados pelo custo médio. Os estoques estão representados preponderantes pelo almoxarifado de materiais.

Detalhamento da Composição no **Anexo IV – ESTOQUES**

NOTA 5.1.3 – DEVEDORES DA ENTIDADE ANUIDADES 2017

As contas a receber referente a anuidades de pessoas físicas e jurídicas de 2017 foram registradas pelo valor principal da anuidade do período, mais acréscimo de juros e multa sobre o atraso de pagamento, tais contas estão sujeitas a cobrança no exercício de 2018.



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15.ª REGIÃO - CRECI-CE

Detalhamento da Composição no **Anexo V – REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO**

NOTA 5.1.4 – DEVEDORES DA ENTIDADE ANUIDADES 2015 A 2017.

As contas a receber referente a anuidades de pessoas físicas e jurídicas. Foram registradas pelo valor principal da anuidade do período, mais acréscimo de juros e multa sobre o atraso de pagamento, tais contas estão sujeitas a cobrança no exercício de 2018.

Detalhamento da Composição no **Anexo VI – REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO**

NOTA 5.1.5 – IMOBILIZADO

Os bens imóveis estão demonstrados pelo valor de aquisição.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens ao manual de procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa COFECI nº 1.352/2014, publicada no D.O.U. nº 80, de 29/04/2015 Seção 1 p.103/104. Os terrenos não sofrem depreciação.

Detalhamento da Composição no **Anexo VII – IMOBILIZADO**

NOTA 5.1.6 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores registrados em Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias são referentes a INSS Parte empresa, FGTS e PIS Sobre Folha de Pagamento, Empenhados e Liquidados no exercício de 2017 porem registrados nos restos a pagar, pois seu efetivo pagamento foi registrado no exercício de 2018.

Detalhamento da Composição no **Anexo VIII – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS.**

NOTA 5.1.7 – OBRIGAÇÕES FISCAIS – CONSIGNAÇÕES

Os valores registrados em Obrigações Fiscais – Consignações são referentes a retenções de impostos a pagar passados para o exercício de 2018.

Detalhamento da Composição no **Anexo IX – OBRIGAÇÕES FISCAIS – CONSIGNAÇÕES**

NOTA 5.1.8 – FORNECEDORES

Os valores registrados em Fornecedores a pagar são referentes a restos a pagar processados e não processados no exercício de 2017 que passaram para o seu efetivo pagamento em 2018.

Detalhamento da Composição no **Anexo X – FORNECEDORES**

NOTA 5.1.9 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15.ª REGIÃO - CRECI-CE

O superávit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

NOTA 5.2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário evidencia as receitas e despesas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise com a alteração com a execução demonstrando o resultado orçamentário.

O balanço orçamentário é estruturado de forma a evidenciar entre o planejamento e a execução orçamentária

NOTA 5.3 – BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extra – orçamentários, conjugados como saldo de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

NOTA 5.3 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O demonstrativo das variações patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações qualitativas são decorrentes do setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido

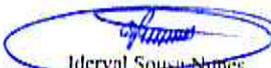
O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas

NOTA 5.3 – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

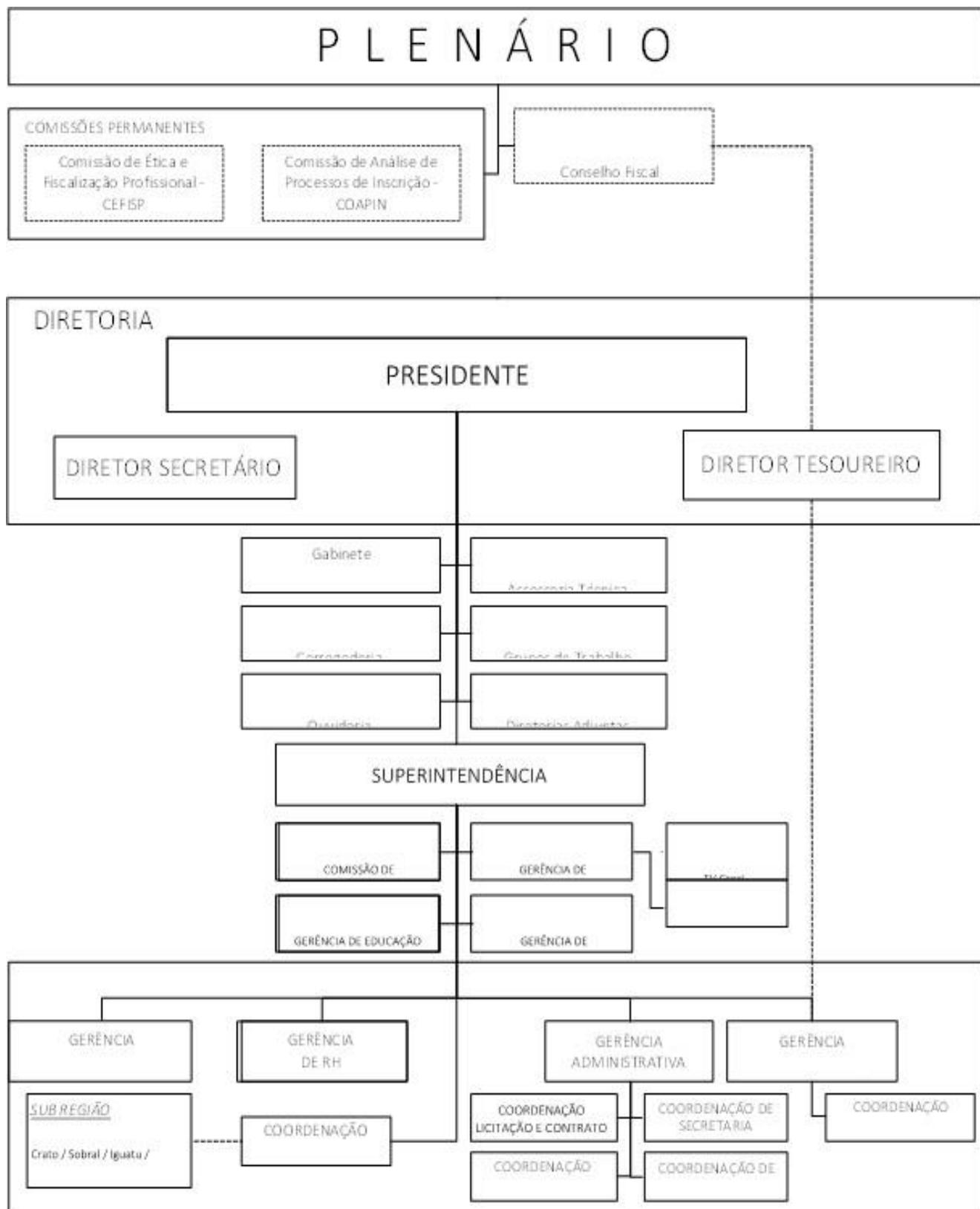
A demonstração do fluxo de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxo futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças entorno da capacidade de manutenção do regular financiamento de serviços.


Tiberio Vitoriano Benedito de Magalhães
PRESIDENTE
CRC/CE nº 9285


Iderval Sousa Nunes
Diretor Tesoureiro
CPF: 196.342.263-53


Sergio M. N. Othon Siqueira
Contador
CRC/CE nº 9285

ITEM 11 – ANEXOS E APENDICES



ANEXO I -

Quadro 4.3.3.1 - Demonstrativo da Receita por Origem

Descrição		2016
RECEITAS CORRENTES		5.515.041,30
CONTRIBUIÇÕES	3.872.263,86	2.337.082,38
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	803.833,39	2.180.800,29
FINANCEIRAS	177.590,61	153.801,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.658,70	759.414,93
TRANSFERÊNCIAS	0,00	64.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.413,22	19.142,50
RECEITAS DE CAPITAL		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL:	4.993.759,78	5.515.041,30

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO II -

Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza

Descrição		Realizado(%)	
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS		82,95	
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	3.872.263,86	93,99
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	277.000,00	803.833,39	290,19
FINANCEIRAS	782.000,00	177.590,61	22,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	841.000,00	112.658,70	13,40
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	27.413,22	0,00
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS		0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	6.050.000,00	4.993.759,78	82,54

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO III -

Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	598.289,42	1.262.393,16	598.289,42	1.261.904,49
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de preços	0,00	74.269,82	0,00	74.269,82
c) Concorrência	0,00	5.855,92	0,00	5.855,92
d) Pregão	598.289,42	1.182.267,42	598.289,42	1.181.778,75
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	789.279,84	983.562,17	788.883,58	982.261,32
h) Dispensa	769.010,52	947.562,17	768.614,26	946.648,77
i) Inexigível	20.269,32	36.000,00	20.269,32	35.612,55
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.444.648,82	2.234.646,09	2.360.933,77	2.159.116,75
k) Folha de Pagamento	2.323.253,70	2.069.266,36	2.239.538,65	1.993.737,02
l) Diárias	121.395,12	165.379,73	121.395,12	165.379,73
5. Outros	1.184.985,65	1.352.575,19	1.227.530,29	1.361.019,19
6. Total (1+2+3+4+5)	5.017.203,73	5.833.176,61	4.975.637,06	5.764.301,75

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO IV -

Quadro 4.3.4.2 D - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL

Despesas Correntes						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesa de Pessoal	2.685.459,74	2.403.860,00	2.439.040,52	2.151.819,41	2.399.890,62	2.110.104,05
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.751.630,00	1.451.200,00	1.582.248,34	1.380.285,01	1.581.043,62	1.376.514,83
ENCARGOS PATRONAIS	487.129,74	519.660,00	477.266,56	457.024,15	439.321,38	419.078,97
BENEFÍCIOS A PESSOAL	328.000,00	238.000,00	262.581,18	223.952,74	262.581,18	223.952,74
Demais elementos do grupo	118.700,00	195.000,00	116.944,44	90.557,51	116.944,44	90.557,51
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	3.158.565,33	3.755.110,72	2.515.454,55	3.217.078,42	2.476.397,38	3.178.581,83
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	1.695.899,99	2.258.684,72	1.444.258,12	1.851.404,42	1.419.906,40	1.812.907,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.015.000,00	916.600,00	718.121,35	912.546,61	703.716,92	912.546,61
MATERIAL DE CONSUMO	196.199,15	241.766,00	111.500,25	172.147,34	111.500,25	172.147,34
Demais elementos do grupo	251.466,19	338.060,00	241.574,83	280.980,05	241.273,81	280.980,05
Despesas de Capital						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	63.780,00	597.883,50	54.018,66	355.972,55	54.018,66	355.972,55
OBRAS, INSTALAÇÕES, PROJETOS E ESTUDOS DELEGACIAS SUB-REG E SECCIONAIS	55.000,00	482.000,00	54.018,66	355.972,55	54.018,66	355.972,55
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	8.780,00	115.883,50	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS, INSTALAÇÕES, PROJETOS E ESTUDOS - SEDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA JÁ CONTRATADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO V -**Quadro 6.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos cargos	Egressos no Exercício		
1. Força de Trabalho (1.1 + 1.2)	38	5	3
1.1. Servidores em Cargos Efetivos	27		2
1.2. Cargos em Comissão	11	5	1
1.2.1. Assessoramento Superior	11	5	1
1.2.2. Função Gratificada			
2. Servidores com Contratos Temporários	15	2	14
3. Total de Servidores (1+2)	53	7	17

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VI -**Quadro 6.1.1.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50 Anos	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 Anos
1 - Provisão de cargo efetivo	12	15	10	5	
Servidores efetivos	2	12	9	4	
Servidores com contratos temporários	10	3	1	1	
2 - Provisão de cargo em comissão	2	4	1	2	2
Assessoramento superior	2	4	1	2	2
Funções gratificadas					
Totais (1+2)	14	19	11	7	2

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO VIII -

Quadro 8.4.1 - Balanço Orçamentário

Descrição					Saldo
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS					1.026.240,22
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	4.120.000,00	3.872.263,86	247.736,14	
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	277.000,00	277.000,00	803.833,39	-526.833,39	
FINANCEIRAS	182.000,00	782.000,00	177.590,61	604.409,39	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	841.000,00	841.000,00	112.658,70	728.341,30	
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	27.413,22	-27.413,22	
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS					30.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS:					1.056.240,22
DÉFICIT			23.443,95		
TOTAL GERAL:			5.017.203,73		
Descrição					Crédito Disponível
DESPESAS CORRENTES					633.638,61
PESSOAL E ENCARGOS	1.990.730,00	2.441.425,86	2.339.246,96	2.322.096,08	102.178,90
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	123.000,00	130.000,00	118.700,00	116.944,44	11.300,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.228.270,00	2.237.094,14	1.868.934,43	1.797.333,20	368.159,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.108.000,00	1.165.000,00	1.013.000,00	718.121,35	152.000,00
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL					13.771,34
INVESTIMENTOS	0,00	76.480,00	62.708,66	62.708,66	13.771,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NÃO EXECUTADOS	712.667,04	109.477,30	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	1.678.129,72	1.744.930,38	DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2.459.138,64	2.759.598,17			
IMOBILIZADO	2.459.138,64	2.759.598,17			
BENS MÓVEIS	1.703.901,92	1.695.211,92			
BENS IMÓVEIS	1.724.350,62	1.726.721,16			
DEPRECIÇÃO ACUMULADA (-)	-969.113,90	-662.334,91			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.913.976,37	7.056.119,31
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.913.976,37	7.056.119,31
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.913.976,37	7.056.119,31
			PATRIMÔNIO SOCIAL	6.913.976,37	7.056.119,31
			RESULTADOS ACUMULADOS	6.913.976,37	7.056.119,31
			DO EXERCÍCIO	-142.142,94	107.921,34
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.056.119,31	6.948.197,97

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO X -

Quadro 8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Descrição					Valor Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA					5.990.155,53
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	3.620.500,00	PESSOAL E ENCARGOS	2.439.275,70	2.151.819,41
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	3.620.500,00	PESSOAL E ENCARGOS	2.439.275,70	2.151.819,41
CONTRIBUIÇÕES	4.120.000,00	3.620.500,00	PESSOAL E ENCARGOS	2.439.275,70	2.151.819,41
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	803.833,39	2.180.800,29	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00

EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	803.833,39	2.180.800,29	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	803.833,39	2.180.800,29	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
FINANCEIRAS	221.381,04	183.320,51	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.140.611,63	2.925.789,51
FINANCEIRAS	221.381,04	183.320,51	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.140.611,63	2.925.789,51
FINANCEIRAS	221.381,04	183.320,51	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.140.611,63	2.925.789,51
TRANSFERÊNCIAS	0,00	64.800,00	FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	64.800,00	FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	64.800,00	FINANCEIRAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.000,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.000,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS	3.000,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.628,70	48.656,07	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	715.121,35	912.546,61
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.977,39	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.628,70	48.656,07	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	715.121,35	912.546,61
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.977,39	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.628,70	48.656,07	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	715.121,35	912.546,61
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.977,39	0,00
DEFICIT	-142.142,94		SUPERAVIT		107.921,34
TOTAL:	5.316.986,07		TOTAL:		6.098.076,87

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO XI -

Quadro 8.4.2 - Balanço Financeiro

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	4.993.759,78	DESPESA ORÇAMENTARIA	5.017.203,73
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	4.993.759,78	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	4.954.495,07
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	62.708,66
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.095.795,15	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.050.246,08
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	700.716,92	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	674.939,04
CRÉDITOS EM APURAÇÃO	13.634,71	CRÉDITOS EM APURAÇÃO	4.721,28
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	2.646,51	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00
PESSOAL A PAGAR	1.818.457,94	PESSOAL A PAGAR	1.821.023,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	477.266,56	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	477.266,56
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.298.170,65	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.290.597,38
CONTAS A PAGAR	69.421,56	CONTAS A PAGAR	69.421,56
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	715.121,35	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	700.716,92
BAIXA DE DIREITOS FINANCEIROS	0,00	BAIXA DE DIREITOS FINANCEIROS	11.559,94
BAIXA DE DIREITOS FINANCEIROS	358,95	BAIXA DE DIREITOS FINANCEIROS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	685.987,11	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	708.092,23
TOTAL GERAL	11.775.542,04	TOTAL GERAL	11.775.542,04

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos

ANEXO XII -

Quadro 8.4.5 - Fluxo de Caixa

Descrição	2016	
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações		-432.851,26
Ingressos		11.696.003,63
Receitas		5.515.041,30
Receitas de Contribuições	3.872.263,86	2.337.082,38
Exploração de Bens e Serviços	803.833,39	2.180.800,29
Financeiras	177.590,61	153.801,20
Outras Receitas Correntes	140.071,92	778.557,43
Transferências Correntes	0,00	64.800,00
Recebimentos Extra-Orçamentários		6.180.962,33
Desembolsos		12.128.854,89
Despesas		5.368.897,83
Pessoal e Encargos	2.322.096,08	2.061.261,90
Benefícios Assistenciais	116.944,44	90.557,51
Uso de Bens e Serviços	1.797.333,20	2.304.531,81
Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	718.121,35	912.546,61
Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00
Pagamentos Extra-Orçamentários		6.759.957,06
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações		-432.851,26
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-464.278,78
Ingressos		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00
Alienações de Títulos e Ações	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Desembolsos	62.708,66	464.278,78

Aquisição de Ativo Não Circulante	62.708,66	464.278,78
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		
Caixa e Equivalente de Caixa Final		

Fonte: SISCAC - Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada à Conselhos